



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — 104

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 29 DE JUNHO DE 1968

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 28
DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa
Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: AARÃO
STEINBRUCH E GUIDO MON-
DIN.

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Se-
nadores:

Adalberto Sena
José Guilomard
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Argemiro de Figueiredo
Carlos Lindenberg
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Moura Andrade
Péricles Pedro
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE.

(Aarão Steinbruch) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
16 Srs. Senadores. Havendo número
regimental, declaro aberta a sessão.
Vai ser a lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE.

AVISO DO MINISTRO
DA FAZENDA

Nº Br-314, de 27 do corrente mês
— comunicando que o Requerimento
nº 631-68, de autoria do Senador Lino
de Mattos, foi encaminhado ao Mi-
nistério da Agricultura, por se tratar
de assunto afeto àquela Pasta.

OFÍCIOS

Do Sr. 1º Secretário da Câmara
dos Deputados, submetendo à revisão
do Senado, autógrafos dos seguintes
projetos:

Projeto de Lei da Câmara
Nº 91, de 1968

Autoriza o Ministério da Aeronáutica
a doar à Prefeitura Municipal de
Três Lagoas, no Estado de Mato
Grosso, lote de terreno situado no
bairro da Aviação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Aero-
nautica autorizado a fazer doação à
Prefeitura Municipal de Três Lagoas,
no Estado de Mato Grosso, de terreno
de sua propriedade, situado no bairro
da Aviação, naquela cidade, à mar-

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, in-
ciso II, da Constituição Federal, e eu Pedro Ludovico, 1º Vice-Presidente,
exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 1968

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a garantir
operação de financiamento concedido pelo Governo da Yugoslávia,
destinado a aquisição de tratores de esteiras.

Art. 1º E' o Governo do Estado de Santa Catarina autorizado a ga-
rantir operação de financiamento concedido pelo Governo da Yugoslávia,
através da empresa estatal "Rudnap" Export-Import de Belgrado, para a
aquisição de vinte e quatro (24) tratores da marca "14 Oktobar", modelo
TG-90 S, equipados com lâminas angledozer de acionamento hidráulico, ao
preço FOB de US\$ Yug 17 910,00 (dezesete mil, novecentos e dez dólares
do convênio Brasil - Yugoslávia).

Art. 2º O valor global da operação de financiamento a que se refere
o art. 1º será de até US\$ Yug 429.840,00 (quatrocentos e vinte e nove mil,
oitocentos e quarenta dólares do convênio Brasil - Yugoslávia), acrescido de
US\$ Yug 116.056,80 (cento e dezesseis mil e cinquenta e seis dólares e oitan-
ta centavos), correspondente ao total dos juros a serem pagos. O emprés-
tito vencerá juros de seis por cento (6 %) ao ano, pagáveis juntamente
com o capital e a partir do vigésimo quarto (24º) mês, a contar do em-
barque do material nas seguintes condições:

I — Cinco por cento (5 %) do valor FOB da importação, ou seja
US\$ Yug 21.492,00 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e dois dólares
do convênio Brasil - Yugoslávia), no ato da remessa das respectivas licen-
ças de importação, a título de sinal e princípio de pagamento;

II — Cinco por cento (5 %) do valor FOB da importação, ou seja
US\$ Yug 21.492,00 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e dois dólares
do convênio Brasil - Yugoslávia) contra a entrega dos documentos origi-
nais de embarque.

III — Noventa por cento (90 %) restantes ou seja US\$ Yug 386.856,00
(trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares) que
serão pagos em oito (8) anos, em prestações anuais, vencendo a primeira
prestação no vigésimo quarto (24º) mês a última no nonagésimo sexto (96º)
mês, tudo a contar do embarque do material. A primeira prestação será
de US\$ Yug 55.265,16 (cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco
dólares e dezesseis centavos) e as demais no valor de US\$ Yug 55.265,14
(cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco dólares e quatorze cen-
tavos).

IV — Juros de seis por cento (6 %) ao ano, líquido e transferível, sobre
os saldos devedores, no valor total de US\$ Yug 116.056,80 (cento e dezesseis
mil e cinquenta e seis dólares e oitenta centavos), pagáveis também em
prestações anuais, com vencimentos iguais aos das prestações de capital.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 1968

PEDRO LUDOVICO
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

gem esquerda da Estrada de Ferro No-
roeste do Brasil, com a área de
929.000m2, adquirido da referida Pre-
feitura por título de aforamento ex-
pedido em 13 de janeiro de 1955, sob
o nº 1.409 e transcrito no Cartório
do Registro Geral de Imóveis da mes-
ma cidade e Comarca de Três La-
goas, sob o nº 7.453, no livro 3-E, às
fls. 96.

Art. 2º Fica excluída da doação a
área de 5.075m2 (145mx35m), onde
estão situados 3 (três) imóveis res-
denciais, ocupados por militares in-
tegrantes do Núcleo de Proteção ao
Vôo do Aeroporto de Urubupungá.

Art. 3º As despesas decorrentes da
doação, sejam quais forem, serão fei-
tas pela Prefeitura Municipal de Três
Lagoas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor
na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições
em contrário.

As Comissões de Segurança Na-
cional e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
Nº 92, de 1968

(Nº 3.644-B-66, NA ORIGEM)

Doa ao Município de Matelândia, Es-
tado do Paraná, área pertencente
à União, integrante do Parque Na-
cional da Foz do Iguaçu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica doado ao Município
de Matelândia, no Estado do Paraná,

uma área de 150 (cento e cinquenta)
hectares de terra, a ser desmembra-
da do Parque Nacional da Foz do
Iguaçu, situada à margem da BR-277
e localizada em Ceu Azul, distrito da-
quele Município.

Art. 2º A área de que trata o ar-
tigo anterior destinar-se-á ao aumen-
to da área urbana e suburbana do
citado distrito, a cargo da Prefeitura
Municipal de Matelândia, no Estado
do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições
em contrário.

As Comissões de Segurança Na-
cional e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
Nº 93, de 1968

Dá nova redação a dispositivos do
Decreto-lei nº 245, de 28 de feve-
reiro de 1967, que transforma o Co-
légio Pedro II em autarquia e dá
outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 12, 14, 15, 17, 18,
20, 23 e 24 do Decreto-lei nº 245, de
28 de fevereiro de 1967, que transforma
o Colégio Pedro II em autarquia e dá
outras providências, passam a ter a
seguinte redação:

"Art. 12. A Congregação será
constituída de:

a) professores catedráticos;
b) professores contratados para a
regência temporária de cátedra;
c) um representante dos livros do-
centes;

d) dois representantes dos profes-
sores de ensino secundário, sendo um
do Internato e outro do Externato,
ambos eleitos pelos professores do
ensino secundário da respectiva uni-
dade;

e) um representante dos professores
eméritos.

Parágrafo único. Os demais pro-
fessores eméritos poderão comparecer
às sessões na qualidade de conselhe-
iros, sem direito a voto."

Art. 14. Compete à Congregação:
a) exercer, como órgão deliberativo,
a superior jurisdição do Colégio Pe-
dro II;

b) decidir, em grau de recurso, so-
bre os atos dos vários órgãos do Co-
légio;

c) aprovar o Regimento do Colégio,
bem como os regulamentos internos
de seus serviços e órgãos;

d) aprovar os programas das disci-
plinas do curso secundário elaborados
pelos catedráticos;

e) decidir a respeito de assuntos
administrativos e didáticos de ordem
geral, de iniciativa própria ou de mo-
dificações no regime escolar;

f) resolver sobre a concessão de tí-
tulos honoríficos;

g) decidir, com audiência do Con-
selho de Curadores, sobre a criação e

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Congresso nas dependências do Departamento de Imprensa Nacional - BRASILIA

a concessão de prêmios pecuniários, destinados a recompensar e estimular atividades de reconhecido valor, relacionadas com as finalidades do Colégio;

h) eleger o seu representante no Conselho de Curadores;

i) deliberar, em primeira instância, sobre a destituição de membro efetivo ou estável do corpo docente;

j) deliberar sobre questões relativas ao provimento dos cargos de magistério ou à admissão do pessoal administrativo, nos termos da lei;

l) exercer quaisquer outras atribuições que vierem a ser estabelecidas no Regimento do Colégio;

m) deliberar sobre os casos omissos em leis e regulamentos."

"Art. 15. Constituem o Conselho de Curadores:

a) o Diretor-Geral, que será seu Presidente;

b) um representante do Conselho Departamental;

c) um representante da Congregação;

d) um representante dos antigos alunos;

e) um representante das pessoas físicas ou jurídicas, que tenham feito doação ao Colégio;

f) um representante dos professores de ensino secundário;

g) um representante do Ministério da Educação e Cultura."

"Art. 17. O Conselho de Curadores poderá, quando for o caso, propor a substituição definitiva do Diretor-Geral, antes de findo o seu mandato. Proposta esta que só deverá ser encaminhada ao Ministro da Educação e Cultura se, devidamente indicado o ato que lhe deu causa, for aprovada por maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros da Congregação."

"Art. 18. Integram o Conselho Departamental:

a) o Diretor-Geral e o seu substituto eventual;

b) os Diretores das Unidades e os seus substitutos eventuais;

c) os chefes dos Departamentos;

d) um representante dos professores de ensino secundário."

"Art. 20. A Diretoria Geral, representada na pessoa do Diretor-Geral, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende as atividades do Colégio."

§ 1º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Educação e Cultura, dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido até duas vezes.

§ 2º O substituto eventual do Diretor-Geral será um professor catedrático designado pelo Ministro da Educação e Cultura."

"Art. 23. O Diretor de cada Unidade do Colégio será nomeado pelo Diretor-Geral, com prévia aprovação do Ministro da Educação e Cultura devendo a escolha recair num professor catedrático."

§ 1º O Diretor exercerá o mandato pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido até duas vezes.

§ 2º O substituto eventual do Diretor da Unidade será um professor catedrático, designado pelo Diretor Geral."

"Art. 24. Cada uma das Seções do Colégio Pedro II será dirigida por um Vice-Diretor indicado pelo Diretor da Unidade dentre os professores de ensino Secundário em efetivo exercício, cabendo ao Diretor-Geral nomeá-lo com aprovação prévia do Ministro da Educação e Cultura."

Art. 2º Acrescente-se ao art. 6º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O estabelecimento deverá promover, ou qualquer responsável por aluno regularmente matriculado poderá requerer, o afastamento temporário do professor que deixar de comparecer, sem justificativa, a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas, ou não ministrar pelo menos 3/4 (três quartos) do programa da

respectiva cadeira ou disciplina."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara
Nº 94, de 1968

(Nº 1.294-B, DE 1968, NA CASA DE ORIGEM)

Revigora o prazo estabelecido pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 148, de 8 de fevereiro de 1937, que dispõe sobre a organização da vida rural, investidura das Associações Rurais, nas junções e prerrogativas do órgão sindical.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revigorado até 8 de fevereiro de 1969 o prazo concedido pelo art. 1º do Decreto-lei nº 148, de 8 de fevereiro de 1937, às Associações Rurais e seus órgãos superiores, reconhecidas nos termos e sob a forma do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, para que requeiram a sua investidura como entidades sindicais representativas de empregadores rurais.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara
Nº 95, de 1968

(Nº 261-A, DE 1968, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de NCR\$ 819.892,00 (oitocentos e noventa e dois cruzeiros novos), para atender às despesas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de NCR\$ 819.892,00 (oitocentos e noventa e dois cruzeiros novos), para atender às despesas decorrentes do aumento de vencimentos e demais vantagens de que trata a Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965 e a Lei nº 4.851, de 24 de novembro de 1965.

Art. 2º Os efeitos decorrentes da aplicação da presente lei são devidos a partir de 1º de março de 1966.

Art. 3º O decreto de abertura do crédito indicará a receita correspondente (art. 64, § 1º, letra c, da Constituição do Brasil).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre Projetos de Lei do Senado e remessa de proposições à sanção

Nº 02.526, de 26 do corrente mês — com referência à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 29-87, que dá nova redação aos arts. 119 e 120 do Código Penal, que dispõem sobre a reabilitação criminal. (Projeto enviado à sanção em 26-6-68).

Nº 02.825, de 26 do corrente mês — com referência à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25-65, que dispõe sobre a mudança de nome ou do prenome do brasileiro naturalizado, posterior à naturalização e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 26-6-68).

PARECERES

Parecer nº 590, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado nº 12-68, que assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em Escolas Normais.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

1 — Apresentado pelo nobre Senador Edmundo Levi, este projeto preceitua que

"aos graduados em Escolas Normais, oficiais ou particulares, de cinco séries anuais, no mínimo de acordo com a legislação anterior ao Decreto-lei nº 4.530, de 2 de janeiro de 1946, é assegurado o direito à inscrição nos concursos de habilitação para o ingresso nos cursos de graduação dos estabelecimentos de ensino superior".

Na justificação, observa o Autor que "a proposição visa a corrigir lamentável omissão, tanto da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946), como da Lei nº 4.024, de 20-12-61 (Lei de Diretrizes e Bases), quando instituíram os ciclos e a duração dos cursos de formação de docentes para o ensino primário". Depois, assinala que, "em consequência dessa falha, inúmeros diplomados por escolas normais no regime legal anterior à citada Lei Orgânica do Ensino Normal, encontram-se até hoje, injustificadamente impedidos de se inscrever nos exames vestibulares para os cursos superiores".

Em seguida, invoca o art. 2º da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, segundo o qual "terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que houver concluído o segundo ciclo do ensino normal ou de nível icênico, de acordo com a legislação dos Estados". Por fim, informa que o Conselho Federal de Educação, interpretando o art. 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovou o parecer nº 59, de 1962, no sentido de que "o concurso de habilitação está

aberto, independentemente de adaptação, a todo estudante que haja concluído curso reconhecido como de nível médio."

2 — Em verdade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não é omissa a propósito de que se encerra no projeto. Assim, no art. 6º prescreve que nos estabelecimentos de ensino superior poderão ser ministrados cursos "a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação". A par disso, estabelece, no art. 34, que "o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário."

Por isso mesmo, o Conselho Federal de Educação, no parecer nº 58-62, pôde concluir, em "norma deliberativa", que "o concurso de habilitação está aberto, independentemente de adaptação, a todo estudante que haja concluído o ciclo colegial ou equivalente de curso reconhecido como de nível médio."

3 — De outro lado, a lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, estipula, efetivamente, em seu artigo 2º, IV, que "terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que, além de atender à exigência comum de exame vestibular e às peculiaridades de cada caso, houver concluído o segundo ciclo do ensino normal de acordo com os artigos 8º e 9º do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, ou de nível icênico, pela legislação dos Estados e do Distrito Federal."

E o decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal — estabelece que o ensino normal é "ramo de ensino do segundo grau" e será ministrado em dois ciclos (arts. 1º e 2º). Fixa, também, que "Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginasial do ensino secundário (art. 4º, § 2º). Demais, assegura a lei: "aos alunos que concluíram o segundo ciclo de ensino normal será assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressaltadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula" (art. 6º, nº 3).

4 — É certo que para o Conselho Federal de Educação, pelo parecer nº 2-62, "uma vez que a União Federal, através da mencionada Lei número 4.024, fixou as diretrizes e bases da educação nacional, revogadas se acham todas as disposições que participem dessa natureza e constem da legislação federal ou estadual anterior, desde que contrariem o espírito ou o texto do novo diploma legal."

Mas é evidente, também, que a legislação anterior, citada, não contraria, direta ou indiretamente, a Lei de Diretrizes e Bases. Essa legislação precedente é até, mais rígida na condição precedente é até, mais rígida na pois exige identidade, enquanto novo diploma se refere a equivalente (artigo 6º).

Claro que o regime de equivalência não deve conduzir a facilidades incompatíveis com a organização e os objetivos de aperfeiçoamento cultural do ensino. Há de atender-se sempre, como firmou o Conselho Federal de Educação, que, "dentro dos princípios gerais, em cada curso que pleiteia equivalência, é mister examinar o grau em que nele se cumprem os arts. 35, 38 e 39 da L.D.B., que devem ser considerados como normas orientadoras para qualquer curso de nível médio." (Parecer nº 274-64).

E, fora de dúvida, esse exame comparativo abrange a legislação anterior, que somente prevalecerá na medida em que se concilia com a Lei de Diretrizes e Bases.

5 — Diante dessas razões, parecem que não há obstáculo de ordem constitucional ou jurídica que impeça a tramitação do projeto, cabendo à Comissão de Educação o exame conclusivo do mérito, que impõe, entre outros aspectos, a apreciação da equivalência dos cursos.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1968. — *Milton Campos*, Presidente — *Josaphat Marinho*, Relator. — *Eurico Rezende* — *Antônio Carlos* — *Edmundo Levi* — *Alvaro Mata* — *Carlos Lindenberg*.

Parecer nº 591, de 1968

Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1968, que assegura nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais.

Relator: Senador Mem de Sá.

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senador Edmundo Levi, tem por objetivo assegurar, "aos graduados em Escolas Normais, oficiais ou particulares, de cinco séries anuais, no mínimo, de acordo com a legislação anterior ao Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946" — "o direito à inscrição nos concursos de habilitação para o ingresso nos cursos de graduação dos estabelecimentos de ensino superior".

Como bem assevera seu autor, na justificativa que acompanha o projeto, tem este a finalidade de corrigir uma omissão, existente tanto na Lei Orgânica do Ensino Normal como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois, "não é admissível — como ali se diz — que o ensino normal, ministrado antes da vigência do Decreto-lei nº 8.530, não obstante reconhecido como de nível médio, não equivalha aos congêneres para efeito de matrícula nos estabelecimentos de ensino superior".

Além, acrescenta ainda o Senador Edmundo Levi, "o egrégio Conselho Federal de Educação, interpretando o art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, houve por bem aprovar, em 9-5-1962, o parecer nº 58, de autoria do ilustre conselheiro Valmir Chagas, estabelecendo que o curso de habilitação será aberto, independente de adaptação, a todo estudante que haja concluído curso reconhecido como de nível médio, uma vez que o concurso de habilitação é o estágio intermediário de um processo de seleção a longo prazo, que principia na fase terminal da escola média e se conclui, em relação aos estudos profissionais, no período inicial dos cursos de graduação".

A proposição do Senador Edmundo Levi obteve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Vindo a esta Comissão de Educação e Cultura, decidiu ela solicitar a manifestação do Conselho Federal de Educação, reconhecendo a competência legal e cultural deste órgão para analisar devidamente o mérito ou a inconveniência do projeto.

O Conselho Federal de Educação, em reunião de 10 de maio p.p., aprovou parecer do ilustre conselheiro Celso Kelly, em que expressamente declara:

"A legislação anterior já o admitia para os cursos de Direito, os de Pedagogia, letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Letras Clássicas, Geografia e História, Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, os de Música e os de Faculdade de Sociologia e Política (Decreto número 34.330, de 21 de outubro de 1953, que regulamentou a lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, em seu art. 5º, alínea d)".

"De acordo com a legislação atual, exige-se apenas o curso

de grau médio para inscrição nos concursos de habilitação a qualquer curso superior". (grifo nosso).

"Levando em conta que a medida do projeto se circunscreve apenas aos diplomados até aquela época e não os exime do concurso de habilitação, parece não contrariar os princípios de equidade e equivalência a aprovação do projeto".

Concluiu o Conselho por determinar que seu parecer, explícito e plenamente favorável à proposição, fosse enviado a esta Comissão.

Em face, portanto, da legislação vigente, dos precedentes já aceitos por lei e pelo Conselho Federal de Educação, bem como das razões aduzidas por este, nos tópicos acima transcritos, nada há a opor ao projeto de lei do Senado nº 12, de 1968, que merece parecer favorável desta Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1968. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Mem de Sá*, Relator. — *Edmundo Levi*. — *Aloysio de Carvalho*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Aarão Steinbruch*) — A Presidência recebeu Ofícios do Sr. Ministro da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 475-68, de autoria do Senador João Cleofas;

Nº 479-68, de autoria do Senador Lino de Mattos;

Nº 554-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta aos referidos Requerimentos. (*Pausa*).

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(*Aarão Steinbruch*) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações: De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 319-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº GB-250, de 25 de junho de 1968);

Nº 494-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº GB-251, de 25 de junho de 1968);

Nº 545-68, enviada pelo Ministro das Relações Exteriores (Aviso número G-DEOC-DCInte-20-7-(42) (85)01, de 26 de junho de 1968);

De autoria do Senador Paulo Torres

Nº 362-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº Br-313, de 27 de junho de 1968);

De autoria do Senador Oscar Passos

Nº 417-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº GB-249, de 25 de junho de 1968);

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 425-68, enviada pelo Ministro da Indústria e do Comércio (Aviso número AP-182-68, de 25 de junho de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(*Aarão Steinbruch*) — Está finda a leitura do Expediente.

Há oradores inscritos, o primeiro dos quais é o Sr. Senador Edmundo Levi, a quem concedo a palavra.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, adapto-se bem à melancolia desta reunião de pré-encerramento de um período de sessões o assunto que neste instante venho trazer ao conhecimento da Casa.

A 27 de outubro de 1966, foi expedida uma lei que, extinguindo a SPVEA, criou um novo organismo destinado a atuar na região amazônica, sob a sigla de SUDAM.

Essa Lei fazia parte do elenco daqueles diplomas que o Governo de então anunciava como vigas-mestras da "Operação Amazônia".

Em face dos dispositivos tão promissores, da filosofia contida na totalidade dessa legislação, sobretudo no diploma que estruturou a SUDAM novas esperanças surgiram na Amazônia, e as populações regionais pretenderam encetar novas atividades, com o objetivo de dar a largada para a conquista da esperada valorização regional.

Entre os dispositivos da Lei número 5.173, que instituiu a SUDAM, encontra-se o art. 45, que criou o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia, sob a sigla FIDAM, constituído de vários recursos, entre os quais uma quota que, à época, deveria corresponder a 1% da renda tributária da União. Por força, entretanto, da Constituição sobrevida, a Lei número 5.173 foi alterada em vários dispositivos, entre eles, o de número 45 a que acabo de me referir.

A 7 de dezembro de 1967, foi sancionada a Lei nº 5.374, a qual alterou inúmeros dispositivos da anterior, dando ao artigo 45 nova textura, adaptando-o às disposições da Constituição vigente. Essa alteração determinou, para a alínea a do artigo 45, citado, a seguinte redação: (L2):

"a) dotações plurianuais nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia consignadas no Orçamento da União;

....."

Foi a fórmula encontrada, Senhor Presidente e Senhores Senadores, para corrigir o impedimento constitucional surgido após a aprovação da Constituição de 1967, de vez que, proibindo-se a vinculação de Receita, já não poderia prevalecer o item a que constava da lei primitiva. Mas, quer sob a influência da redação original quer sob o influxo da alteração sofrida, os homens que labutaram no interior da Amazônia procuraram, então, valer-se dos recursos do FIDAM para encetar novas atividades ou reforçar aquelas que já desempenhavam. E entre as finalidades do FIDAM inclui-se como precipua a do fomento agrícola.

Pois bem, Sr. Presidente e Senhores Senadores, nos começos deste ano, visitando algumas regiões do interior do meu Estado, como também a Capital, ouvi queixas amargas de inúmeros compatriotas e conterrâneos que, pretendendo valer-se dos recursos do FIDAM para desenvolver as suas atividades, tiveram a dura decepção de nem ao menos ter os seus pedidos inscritos no Banco da Amazônia S.A.

Então, em face dessas reclamações e em decorrência dos apêlos que me foram formulados, procurando saber o que de real acontecia, porque conhecia eu o orçamento da União e, exatamente, a dotação consignada para o FIDAM, dirigi ao Sr. Ministro da Fazenda, nos termos do Regimento da Casa, um requerimento consubstanciado nos seguintes itens:

"1º Qual o montante da verba destinada do orçamento da União para 1967 ao FIDAM, conforme o disposto no art. 45 da Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966?

"2º Qual o total do recolhimento efetuado no exercício de 1967, à conta desta dotação ao Banco da Amazônia S.A.; de acordo com aquele dispositivo?

3º Em caso de ter havido recolhimento, se foi ele efetuado de uma só vez ou parceladamente e em que datas?

O art. 45, § 3º, referido no item 2º do meu requerimento, de conformidade já com a lei modificativa da

primitiva institucional da SUDAM, determina o seguinte:

"Os recursos a que se refere a alínea a deste artigo ..."

Quer dizer, aquelas dotações orçamentárias.

"... serão depositados, pelo Tesouro Nacional, no Banco da Amazônia S.A. que se encarregará da sua aplicação exclusiva na área amazônica, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, destinando-se, pelo menos, sessenta por cento do seu valor para a aplicação em crédito rural, na forma da Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965"

Vêem os eminentes Senadores que o parágrafo 3º, esclarecedor do artigo 45, determina que os recursos destinados pelo Tesouro ao FIDAM sejam por ele depositados ao FIDAM, seja por ele depositada no Banco da Amazônia S.A.

Pois bem, Srs. Senadores, passem V. Exs. pela resposta que mais parece uma piada e talvez coubesse muito bem no programa de televisão "A Família Trapo". Passem Vossas Excelências com a respostas grotesca dada pelo Sr. Ministro da Fazenda, que, em verdade, constitui um acinte, uma provocação e uma desatenção ao Senado Federal.

Então, lerei a resposta dada pelo Sr. Ministro da Fazenda, cuja cópia me foi transmitida pela 1ª Secretaria desta Casa. É o teor do ofício do Sr. Ministro da Fazenda ao Senhor 1º Secretário:

(Lendo):

"Referindo-me ao ofício número 445, de 28 de março de 1968 que encaminhou a este Ministério o Requerimento de informações 241, de 1968, do eminente Senador Edmundo Levi, cumpre-me transmitir a V. Exª os esclarecimentos prestados pela Inspetoria Geral de Finanças, relacionadas com o quesito formulado no primeiro item".

Agora, entre aspas, a própria informação que, possivelmente, é a reprodução daquela prestada pela Inspetoria Geral de Finanças.

(Lendo):

"O Orçamento de 1967 — Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, apresentou a seguinte posição: 4.03.03 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; 4.0.0.0 — Despesas de capital; 4.2.0.0. Inversões financeiras; 4.2.6.0 — Diversas inversões financeiras (Art. 45 da Lei nº 5.173, de 1966) — NCr\$ 27.000.000,00"

Relativamente às indagações consignadas nos itens 2 e 3 ..."

Antes de terminar a leitura do texto do ofício do Sr. Ministro, reproduzirei, para que os Srs. Senadores presentes gravem bem o sentido das perguntas e a disparidade ou o acinte que representa a respectiva às perguntas dos itens 2 e 3 do requerimento, que são as seguintes:

"Qual o total do recolhimento efetuado no exercício de 1967, à conta dessa dotação, ao BASA Sociedade Anônima de acordo com aquele dispositivo (§ 3º)?

Em caso de ter havido recolhimento, se foi ele efetuado de uma só vez ou parceladamente e em que datas."

Então, vejamos V. Exas. a resposta a esses dois itens:

"Relativamente às indagações consignadas nos itens 2 e 3, somente o próprio Banco da Amazônia poderá responder".

Parece uma resposta de comediante, e não de um homem que responda por uma das Pastas mais importantes desta República, senão a mais importante delas.

Como então, Sr. Presidente e Senhores Senadores, se de acordo com a legislação vigente, não só com a redação primitiva, mas com a atual dada pela Lei número 5.374, o parágrafo 3º do artigo 45, da lei modificada, poderá o Tesouro deixar de saber se recolheu ou não as prestações devidas?

Porque é ele, o Tesouro, que tem a obrigação de fazer esse recolhimento. A lei determina exatamente isso:

"Os recursos a que se refere a alínea a, quer dizer, os recursos orçamentários para o FIDAM serão depositados pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia".

Ou o Sr. Ministro da Fazenda é irresponsável na gestão de sua Pasta não sabe o que se passa, não toma conhecimento do cargo que desempenha ou, então, julga que o Senado Federal é composto de um grupo de homens que não têm noção dos seus deveres e das suas responsabilidades que, como meninos de curso primário, se contentariam com mera linguagem de tapeação.

O Sr. Adalberto Sena — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Adalberto Sena — O assunto que V. Exa. está tratando me interessa, porque é um daqueles a cujo estudo e apreciação me tenho dedicado, nesta Casa. Já tive ocasião de pronunciar aqui um discurso estranhando a maneira pela qual o Instituto do Café respondeu a um dos meus requerimentos. No caso que V. Exa. está ventilando, observo duas coisas: em primeiro lugar, o fato de o Ministro ter-se recusado a dar a informação, transferindo-a à responsabilidade de outro, o que significa, como está dando a entender, um caso de fuga à responsabilidade. Mas eu estou analisando a questão sob outro aspecto: parece-me que o Ministro foi também desatencioso porque, se ele acha que ao Banco da Amazônia que cabe responder, por que S. Exa., através dos órgãos do Ministério da Fazenda, não procurou colher esta informação no próprio Banco, evitando que V. Exa. tivesse esse trabalho, numa providência suplementar?

O SR. EDMUNDO LEVI — Eminentíssimo Senador Adalberto Sena, houve uma fuga — e eu demonstrei depois porque — mas sobretudo houve um deboche, um achincalhe ao Senado Federal!

De conformidade com o dispositivo que li, compete ao Tesouro depositar, no Banco da Amazônia S. A., o crédito consignado na Lei Orçamentária.

Ora, eminente Senador, se compete ao Tesouro, e se o Ministro da Fazenda é o responsável por todos os negócios da Pasta a que pertence o Tesouro Nacional, então, como não pode o Ministério da Fazenda informar se pagou ou não pagou aquilo que a Lei determinava que pagasse?

Há, portanto, aí, um deboche na maneira de responder, pensando que os Senadores são destituídos de visão, completamente ignorantes de que seja Administração, desconhecendo os totais do mecanismo da Administração Pública.

Nem seria necessário o conhecimento de Administração; bastaria que se lesse o dispositivo legal que qual compete ao Tesouro depositar no Banco que compete ao Tesouro Nacional depositar no Banco. Se o Ministro da Fazenda é o supervisor do Tesouro Nacional, os depósitos são feitos depois do consentimento do próprio Ministro. Nenhum pagamento de tal monta, de tal vulto se faz sem que haja ordem, consentimento ou autorização do Ministro da Fazenda.

Mas houve uma fuga, Senhores Senadores, e vou dizer por que.

Quería provocar um escandalo com o Sr. Ministro e S. Exa. fugiu ao escandalo com essa resposta chula, que não impressiona ninguém. Houve uma fuga, porque, em verdade, o Tesouro recolheu pouco mais de 10% da verba devida legalmente.

Em razão disto — e fui às gaúchas, como à gerência em Manaus e em Belém, saber a razão por que não atendiam aos pleitos dos pecuaristas — o Banco da Amazônia não pode, e não pôde, atender às reivindicações às propostas formuladas pelos pecuaristas do meu Estado e creio também, do Pará.

Assim, em tais dificuldades se encontrou o Banco da Amazônia que se viu forçado a determinar, às suas agências espalhadas por toda jurisdição, que não recebessem mais pedidos de financiamento, por conta do FIDAM, sobretudo para investimentos de finalidades agropecuária. Inúmeros foram os postulantes que tiveram os seus pedidos rejeitados em todas as representações do Banco da Amazônia. O Sr. Ministro, responsável pelo não atendimento de tal determinação legal, com essa escamoteação de linguagem, quis, talvez, ganhar tempo para e mouta ocasião, dizer ao Senado — como fez aqui, daquela tribuna, o Sr. Ministro da Educação e Cultura — que as vertas estariam sendo pagas, religiosamente, quando, em verdade, essas verbas estão sendo negadas àquelas organizações a que elas se destinam.

Ora, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, ao trazer ao conhecimento desta Casa o grave procedimento do Sr. Ministro da Fazenda, quero, antes de apontar o crime que praticou, fazer algumas considerações que bem justificam a razão da minha presença nesta tribuna. Ao Senado Federal, em particular, e ao Congresso de maneira ampla, cabem poderes amplos de investigação, da conduta daqueles que têm a responsabilidade da execução das leis.

Não seria necessário se inscrevesse de maneira objetiva, em leis e regimentos ou na própria Constituição, competência para que o ramo do poder eminentemente político, do Poder Legislativo, procurasse, sempre que julgasse oportuno, investigar a conduta dos homens que integram o Poder Executivo.

Se ao Congresso Nacional compete legislar e ao Executivo aplicar, por em prática, por em andamento, por em execução os princípios elaborados pelo Congresso, a este poder político a este Poder Legislativo cabe, em decorrência da sua própria função, fiscalizar a maneira como aquele que recebe o diploma legal o executa. Mas, ainda que isso não constituísse filosofia do próprio regime democrático, da própria interpretação dos poderes nós teríamos, por imperativo de que o Parlamento é um fóro onde se debatem, não só opiniões, mas métodos e processos de Governo, nós teríamos obrigação de estar reclamando sempre, vigilantes sempre sobre a maneira como as leis se executam.

Mas, já uma lei antiga estabelece, complementando de forma objetiva, em direito positivo, esse princípio. E, no espírito de conformidade com a orientação do direito constitucional brasileiro, impõe-se aos Ministros de Estado que prestem, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que ela lhes solicitar.

E a Lei número 1.079 de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deu forma, deu contutura positiva à competência inata que tem o Poder Legislativo, quando julgar oportuno, de reclamar dos executantes informações sobre a maneira como estão cumprindo as disposições legais que lhes incumbem, pelas funções que exercem.

O Sr. Ministro da Fazenda, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, negando uma resposta ao Senado

Federal, incidiu, assim, no artigo 13, item IV, da Lei número 1.079, que acabei de mencionar. Nesta oportunidade, quero dirigir-me à Mesa para reclamar da sua autoridade as medidas indispensáveis para que o Sr. Ministro da Fazenda seja compelido a prestar, com lealdade, com dignidade, e com respeito a esta Casa, as informações que lhe foram solicitadas e que, não o fazendo, iniciará a Mesa, na sua função, as providências que o diploma que define os crimes de responsabilidade, assinam e determinam sejam adotadas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, aguardarei o reinício dos nossos trabalhos para saber, da Mesa, quais as providências tomadas com o objetivo de obter, com segurança e com respeito que esta Casa merece, as informações solicitadas. Porque eu poderia dirigir-me ao Banco da Amazônia e obter todas as informações precisas, mas, em face da descortesia, da desatenção da grosseria do Ministro da Fazenda para com o Senado Federal, eu reclamo da Mesa as providências indispensáveis para que ele cumpra aquilo a que está obrigado pelo alto cargo que edesempenha e em razão do que estabelecem as leis do país.

Assim, Sr. Presidente, deixo este meu pronunciamento como um protesto, mais em nome do respeito devido ao Senado que propriamente a minha pessoa, para que a Casa, tomando conhecimento da conduta desabusada, debochativa do Sr. Ministro da Fazenda, apóie a Mesa nas providências que deve tomar a fim de que tais fatos não se reproduzam e, assim, o Senado continue a grandear e a fluir o respeito que merece, pela posição que ocupa, de um dos órgãos dos Poderes da República, legalmente constituído pela vontade do povo. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tenha V. Exa., Sr. Senador Edmundo Levi, a segurança de que a Mesa tomará todas as providências lembradas por V. Exa. Na oportunidade, V. Exa. dejas tomará conhecimento.

O SR. PRESIDENTE:

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, os jornais publicam trechos de discursos pronunciados quando da Convenção da ARENA, do partido do Governo. Como político, fomos ler os pronunciamentos daqueles que exercem liderança no partido governista e, dizíamos ontem que o pronunciamento mais válido, que as palavras mais seguras foram as do Governador da Bahia, Sr. Luiz Vianna Filho. Todo o Brasil sabe das reiteradas declarações do Sr. Presidente da República contra a reforma da Carta Constitucional de 67 e, na Convenção da ARENA, sustentou tese contrária à do Presidente da República o ilustre Governador baiano, Sr. Luiz Vianna Filho que, naquele momento, tenho a impressão, falou em nome de todo o povo do seu Estado. E a sua voz foi o eco dos anseios nacionais diante de uma Carta Constitucional que já nascera atrasada, em muitas de suas partes, de 100 anos.

O "Globo" reproduz algumas das palavras do Sr. Luiz Vianna Filho quando S. Exa. declarou aos Convencionais que é preciso atender aos reclamos do país, frisando que nem mesmo a Constituição pode deixar de ser revista, já que urge adaptá-la às necessidades, concepções e ideais do povo. Adaptar uma Constituição, que nasceu ontem, às necessidades, às concepções e às idéias do povo! Cer-

tíssima a tese sustentada pelo Governador da Bahia.

Essa tese já vem sendo sustentada há muito tempo, pelos políticos mais consequentes deste país, inclusive por políticos que militam na área que é adversária nessa. Mas, nunca, numa convenção partidária, alguém ousou sustentá-la, como fez aquele que governa a terra que deu ao país, não somente Ruy, não somente os Seabra, como também os Mangabeira e tantos e tantos outros vultos da ciência, da sociologia e da política nacional.

Sr. Presidente, confirmando as suas palavras, defendendo-as, Sr. Exa., salientou que:

"devido às profundas transformações sociais da época e ao avanço da tecnologia, a Carta Magna deve passar por constantes modificações — lembrando que, contra isto haverá sempre a resistência dos que preferem a enganadora calmaria da estagnação".

De conselheiros assim precisa o chefe da Nação. Infelizmente, muitos que pensam da mesma maneira e que lá se encontram, no partido adversário, silenciam. Mas tenho a impressão de que as palavras do Governador da Bahia encontraram eco no próprio Ministério escolhido pelo Sr. Presidente da República. Tanto assim, é que, hoje, os jornais apresentam um quadro que nos deve impressionar: alguns ministros, como o Sr. Delfim Neto, o Sr. Mário Andreazza e o Sr. Jarbas Passarinho (Lê)

"teriam comunicado ao Presidente da República a sua disposição de abrirem mão até mesmo dos altos cargos que exercem para que o Governo reformule os métodos que vem empregando, até hoje, para arrancar o país".

completamos nós, da estagnação em que se encontra, saindo — e aí emprego as palavras do Governador da Bahia:

"...dessa enganosa calmaria da estagnação".

Os três ministros — um civil e dois militares — apresentam como ponto central da reformulação da tática de ação imediata, que o atual Governo

"deve empregar a concentração imediata de recursos no setor da educação, até em prejuízo temporário de outros setores — simultaneamente com a promoção de uma reforma que atenda às necessidades do país — reclamada pelos estudantes, mas principalmente pela necessidade de desenvolvimento".

O Sr. Luiz Viana Filho lançou como que um desafio ao seu Partido, desafio ao bom sentido da palavra:

(Lendo)

"Saldo do marasmo, da estagnação, da calmaria, através de um programa dinâmico, o país conhecerá se somos ou não um Partido capaz de exprimir e polarizar as aspirações de nosso tempo, isto é, se somos uma agremiação de homens dispostos a lutar contra os privilégios de alguns em detrimento de muitos ou se apenas desejamos as pequenas acomodações políticas que nada criam e nada melhoram. Se somos uma união de homens decididos a fazer do Brasil uma grande nação livre e democrática, ou se somente almejamos o poder pelo poder".

E' o espírito baiano em todo o seu esplendor. São palavras que o povo já estava des acostumado de ouvir; e um grito de alerta, que deverá ser escutado pela maioria responsável pelos destinos deste País.

Sr. Presidente, esta é a pacificação que o povo entende como pacificação. Só se pacifica construindo; só se pacifica, na época moderna, destruindo-se as velhas estruturas.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com todo prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Querida apenas acentuar que as palavras do Governador Luis Vianna Filho, quer quanto à reforma da Constituição, quer quanto à necessidade de valorização da política e dos políticos, além do mérito próprio que encerra, têm, para nós do MDB, um outro significado. Confirmando teses que temos defendido, mostram que não temos procedido apaixonadamente.

O SR. AURELIO VIANNA — É uma observação feita dentro do melhor estilo e na oportunidade devida. E a nobreza de V. Exa., particularmente no caso, está revelada no seu procedimento.

Quando adversários nossos aceitam muitas das nossas teses, reconhecemos nobreza no seu ato e o mesmo acontece toda a vez que nós reconhecemos nos atos dos nossos adversários posições válidas, positivas, excelentes.

O que não entendo, Senador Josaphat Marinho, é como todo o Partido nosso adversário não se une em torno dessas teses, desses princípios. Como que o principal passa a ser secundário e o secundário é colocado no lugar principal.

O Governador da Bahia tem a coragem cívica de tocar num assunto que está aí, palpitante e vivo, mas que parece colocado em segundo plano.

(Lê)

"Cabe-nos dizer à Nação o que pensamos e como nos comportamos em face dos múltiplos problemas que nos desafiam, cujas soluções influirão sobre o futuro de milhões de compatriotas. Questões às quais será crime permanecermos comodamente indiferentes, talvez receosos de contrariar algum setor de opinião. Como silenciar ante a situação de milhões de brasileiros ainda marginalizados, à espera de uma reforma agrária que permanece como ilusório aceno da legislação?"

Há um livro que se está constituindo, no campo da Economia, da Sociologia, da Tecnologia como se fôra uma Bíblia, lido e relido muitas vezes por estudiosos. Há quem afirme que os milhares e milhares de exemplares desse livro — "O Desafio Americano" — lido pela mocidade europeia particularmente, levantou-a, mobilizou-a, chamando-a à realidade. Podemos afirmar que, no Brasil, o processo não muito diferente. Os que lêem "O Desafio Americano" impressionam-se com os dados nele contidos.

Ontem citávamos as palavras de MacNamara Secretário de Defesa dos Estados Unidos quando afirmava:

"No mundo moderno a defesa e a segurança nacional consistem, em boa verdade, no desenvolvimento econômico e científico."

O que se aplica ali deve ser aplicado aqui, ninguém desconhece esse fato. Mais muito mais do que já se poderia ter feito no nosso País não o foi porque continuamos manietados, presos a interesses alienígenas.

Vejamos este trecho do livro:

"A Europa é fraca, muito fraca, no plano educacional, essa fraqueza ameaça de tolher o seu desenvolvimento. A Europa é fraca em sua educação geral, fraca em sua educação técnica e especialmente fraca em sua educação no capítulo de gestão e gerência. Na Inglaterra, na França, na Alemanha e na Itália, cerca de 90% dos jovens de 13 a 14 anos frequentam a escola, mas depois dos 15 anos registra-se um fantástico desperdício, restam apenas 20% que prosseguem seus estudos."

Na Europa Ocidental, na França, na Inglaterra, na Holanda, na Ale-

manha, na Itália, na Bélgica, na Espanha, no Luxemburgo, este o espetáculo que atraiu a juventude para pensar: outros termos e exigir reformas profundas, particularmente no seu ensino, no ensino universitário. (Lê)

Nos Estados Unidos, 99% dos estudantes e para além dos quinze temos 45% que prosseguem seus estudos, seus cursos para ingressar no ensino superior.

Temos quatro milhões de estudantes universitários o que representa mais de 40% da população em idade de frequentar uma universidade.

Na Europa Ocidental essa percentagem varia entre 6 e 15% por outro lado a educação moderna em gestão e gerência tanto para empresas privadas como para administrações públicas, a praticamente desconhecida na Europa industrial.

O que dizer-se do Brasil? O que dizer-se diante deste quadro das Nações latino-americanas, das Nações asiáticas excluindo-se o Japão que muito tornou, rompeu as barreiras do subdesenvolvimento, mas que se preocupa, hoje mais do que ontem, com o aperfeiçoamento das suas universidades, do ensino em todos os seus graus?

Portanto, tem razão o Governador da Bahia, que conhece esses fatos, em clamar, em plena Convenção do seu partido, por que o Governo deixe o marasmo em que se encontra, os políticos deixem o comodismo em que muitas vezes se colocam, de modo próprio, para pensarem noutros termos.

A passeata da Guanabara revela que o nosso povo não deseja uma revolução sangrenta para que se faça a revolução do ensino, a revolução universitária, para que se faça a reforma agrária, para que se realizem as outras grandes reformas de que este País tanto necessita. O povo deseja, nas suas grandes manifestações, como aquela da Guanabara, o povo deseja que o Governo reconheça que há necessidade dessas reformas para a emancipação econômica, política e social da Pátria, que é de todos nós, dentro da normalidade democrática, pacificamente, ordeiramente, sem bofocamento ostensivo e sem ameaça das baionetas. O povo concentrou-se, percorreu a Avenida Rio Branco, de lado a lado. E, naquele espetáculo, comovente pela sua grandeza, manifestou o seu protesto contra o atasco, contra o marasmo e, para empregar a tecnologia usada pelo governo balano, contra a calmaria da estagnação.

Sr. Presidente, é novidade o que prego, aqui nesta grande obra, neste grande livro, um arguto observador? Ele reconhece que o objetivo final da educação é o desenvolvimento da capacidade do homem no máximo. Ele não está contra o humanismo,

"mas sem a tecnologia moderna e sem a infra-estrutura gerencial que lhe é indispensável, nenhum progresso, seja qual for a sua natureza, seja ele econômico ou humano, poderá verdadeiramente ter lugar no mundo moderno. Sem esse progresso na técnica de organização quer dizer, sem progresso na educação, o mundo que nos cerca arrisca-se, simplesmente, a ficar cada vez mais atrasado e desequilibrado."

Creio que foi isso que reconheceram o Ministro Jarbas Passarinho, que é militar; o Ministro Mário Andreazza, que militar também é e o Ministro Delfim Neto quando declararam que se deve dar recursos à educação, até mesmo com prejuízo temporário de outros setores. Que se faça uma reforma que atenda às necessidades do País, mas concluindo o seu pensamento desta maneira, com o que estamos plenamente de acordo — reclamada pelos estudantes. Sim, reclama-

dos pelos estudantes mas, principalmente, pela necessidade de desenvolvimento, isto é, reclamada por todo o povo brasileiro, por todas as camadas sociais responsáveis. E esses três Ministros acham, diz o jornal que leio:

"Que, sem essas providências imediatas, o Governo continuará a enfrentar crise sobre crise."

Também os jornais recelam, quase sem exceção, que os militares, que empolgaram o poder em 64, estão impressionados, estão preocupados, e discutem, e procuram meios de entendimento, para que o Brasil não se transforme num pantano, portanto num país estagnado, num país parado, num país inerte, num país sem vida, num país escravo. Por isso tenho dito e repetido muitas vezes: nunca perdi a minha fé no povo brasileiro, no povo de cujo seio saí e do qual faço parte.

Sei que há reformas que podem ser realizadas imediatamente, outras imediatamente, quando as condições lhes forem propícias.

Para terminar, Sr. Presidente quero citar este outro trecho desse impressionante depoimento desse livro extraordinário:

"A solução europeia é difícil".

Parodiaríamos: a solução brasileira, a solução latino-americana, a solução dos subdesenvolvidos é difícil.

"Não é uma solução que jorre pronta de uma fonte e, pelo contrário, exige e implica uma ação."

Fazemos nossas essas palavras, porém, sem uma ação, as águas continuarão paradas, ficarão poluídas.

"Tudo converge para o problema sócio-cultural. A adaptação por parte dos dirigentes ou das elites é, em geral, de um estilo passivo até "reacionário".

Parece mesmo que estamos no Brasil, mas que, agora, em virtude desse movimento que vem de baixo para cima, das raízes para os troncos e para as copas das poderosas árvores brasileiras, estamos na esperança de que o estilo passivo seja substituído por um outro estilo, que é o ativo.

(Lê):

"Os extraordinários meios de ação e de progresso — a televisão e os outros meios de difusão — os progressos técnicos à disposição da educação — todos esses meios são negligenciados pelas elites, quando elas próprias se queixam, ao mesmo tempo, de ver as massas adotarem o modelo americano?"

E já estamos lendo, em grandes jornais do País, críticas severas a muitos programas de televisão que, ao invés de despertar o povo para a grande realidade nacional e mobilizá-lo para as grandes transformações que necessariamente virão, de educá-lo através de programas altos e elevados, narcotiza-o, paralisa-o ou tentam paralisá-lo e narcotizá-lo. Daí o clamor da boa imprensa que revela o clamor do povo, por que os meios de propaganda sejam canalizados para o levantamento do povo, para a cultura do povo, para o desenvolvimento da sua inteligência privilegiada. Privilegiada, sim, porque o povo brasileiro, este povo mestiço, possui uma inteligência admirável. (Lê)

"Assim, os problemas reduzem-se ao da transformação dos sistemas profundamente esclerosados que são os da sociedades europeias, as quais experimentam dificuldades em se abrirem."

E muitos de nós pensávamos que os sistemas profundamente esclerosados eram apenas os nossos. Mas, se são esclerosados os sistemas das sociedades europeias, o que se dizer do nosso? Qual o sistema que deveria

substituir aqueles a que se refere o autor de "O Desafio Americano"?

Sr. Presidente: (Lê)

"Tal está a Europa, diante do desafio do crescimento diante do desafio da potência. Tal é o fundo do problema. Não está mais nos números, mas nos espíritos. Quais as forças políticas, quais as idéias e quais os homens capazes de os abrirem à transformação?"

Mutatis mutandis, é o caso do Brasil. Está diante do desafio do crescimento diante do desafio da potência, está mais nos números, mas nos espíritos.

Mas, perguntamos nós, como perguntou o autor de "O Desafio Americano", quais as forças políticas, quais as idéias e quais os homens capazes de as abrirem à transformação?

Noutras palavras, foi o pensamento do Governador da Bahia, secundado pelo discurso corajoso daquele estudante que, naquela concepção também clamou, também denunciou, também afirmou que o Brasil era um caso de calamidade pública, afirmou que todo o aparelhamento do ensino está caduco.

Afirmou-o na convenção da ARENA na presença do Mal. Costa e Silva, Presidente da República. Afirmou ainda, alto e bom som, o estudante gaúcho que:

(Lê)

"Nossas universidades são fósseis carecíveis, onde o que se aprende, quando se aprende, não é aplicável à realidade. E o diálogo com os estudantes que, no mínimo, se realizaria através de uma nova legislação estudantil, para cuja elaboração deveriam ser convocados os líderes universitários de nossa terra, tampouco se tem realizado, apesar de promessas neste sentido feitas há mais de 400 dias pelo Ministro da Educação."

Então, está verificando o Presidente da República e os Ministros executores da sua política que o inconformismo é generalizado e que, dentro do seu próprio partido, forças poderosas levantam-se, exigindo reformas atitudes diferentes, compreensão, para a juventude. E nós, oposicionistas por convicção desejamos que, se as nossas vozes não vêm sendo ouvidas, pelo menos, sejam consideradas as vozes que se levantaram na convenção da ARENA, clamando, e pedindo e solicitando, se não exigindo, dos poderes constituídos, do Executivo Federal, reformas, um novo processo, ação positiva que tire o Brasil do marasmo e da estagnação em que ainda se encontra, infelizmente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lida a seguinte:

Em 28 de junho de 1968

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que me ausentarei do País a fim de desempenhar missão com que me distinguiu o Senado, na Espanha, a partir de 15 de julho próximo. Atenciosas saudações. — Adalberto Sena.

COMPARECEM MAIS OS SENIORES SENADORES:

Achiles Cruz
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Pereira Dória
Arnon de Melo
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Eurico Rezende

Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Ney Braga
Atílio Fontana
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondin) — Estão ainda inscritos para falar os Srs. Senadores Aarão Steinbruch, Dylton Costa, Arthur Virgílio, Dinart Mariz e José Guionard que não estão presentes. Estão presentes 32 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 563 de 1968, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1968 (n.º 1.163-A, de 1968, na Casa de origem), que dispõe sobre a ação de alimentos, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa)
Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas nem requerimento no sentido de que a mesma seja submetida a votos, é dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do Regimento.

O projeto vai à Câmara dos Deputados. Para acompanhar naquela Casa as emendas do Senado, designo o Sr. Senador Bezerra Neto, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 563, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1968 (n.º 1.163-A-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Nogueira da Gama.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1968 (n.º 1.163-A-68, na Casa de origem), que dispõe sobre ação de alimentos, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 26 de junho de 1968. — **Leandro Maciel**, Presidente. **Nogueira da Gama**, Relator. — **Alvaro Maia**.

ANEXO AO PARECER N.º 563-68. Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 72, de 1968 (n.º 1.163-A-68), na Casa de origem.

EMENDA N.º 1

(Corresponde à subemenda à Emenda n.º 1, de Plenário)

Ao art. 3.º

Dê-se a seguinte redação:

“Art. 3.º O pedido será apresentado por escrito, em 3 (três) vias, e deverá conter a indicação do Juiz a quem for dirigido, os elementos referidos no artigo anterior e um histórico sumário dos fatos.

§ 1.º Se houver sido designado pelo Juiz defensor para assistir ao solicitante, na forma prevista no art. 2.º, formulará o designado, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da nomeação, o pedido, por escrito, podendo se achar conveniente, indicar seja a solicitação verbal reduzida a termo.

§ 2.º O termo previsto no parágrafo anterior será em 3 (três) vias, datadas e assinadas pelo escrivão, observado, no que couber, o disposto no caput do presente artigo.”

EMENDA N.º 2

(Corresponde à subemenda à Emenda n.º 3 de Plenário)

Ao § 4.º do art. 5.º

Dê-se a seguinte redação:

“§ 4.º Impossibilitada a citação do réu por qualquer dos modos acima

previstos será ele citado por edital, afixado na sede do Juízo e publicada 3 (três) vezes consecutivas no órgão oficial do Estado, correndo a despesa por conta do vencido, a título, sendo previamente a conta juntada aos autos.”

EMENDA N.º 3

(Corresponde à subemenda à Emenda n.º 5, de Plenário)

Ao § 2.º do art. 9.º

Dê-se a seguinte redação:

“§ 2.º Não havendo acôrdo, o Juiz tomará o depoimento pessoal das partes e das testemunhas, ouvidos os peritos, se houver, podendo julgar o feito sem a mencionada produção de provas, se as partes concordarem.”

EMENDA N.º 4

(Corresponde à Emenda n.º 7, de Plenário)

Ao art. 12

Dê-se a seguinte redação:

“Art. 12. Da sentença serão as partes intimadas, pessoalmente ou através de seus representantes, na própria audiência, ainda quando ausentes, desde que intimadas de sua realização.”

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondin) — Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 564, de 1968, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 75, de 1968 (n.º 1.245-B-68, na Casa de origem), que concede franquia postal às precatórias criminais.

Em discussão. (Pausa)
Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Como não há emendas nem requerimento para que a matéria seja submetida a votos, é ela considerada definitivamente aprovada.

Vai à Câmara dos Deputados. Para acompanhar, na Câmara, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Manoel Villaga. O referido Senador foi o Relator na Comissão de Finanças, que apreciou este projeto.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER N.º 564, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 75, de 1968 (n.º 1.245-B-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Nogueira da Gama.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 75, de 1968 (n.º 1.245-B-68, na Casa de origem), que concede franquia postal às precatórias criminais.

Sala das Sessões, 26 de junho de 1968. — **Leandro Maciel**, Presidente. — **Nogueira da Gama**, Relator. — **Alvaro Maia**.

ANEXO AO PARECER N.º 564-68. Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 1.245-B-68 na Casa de origem.

EMENDA N.º 1

Corresponde às Emendas ns. 1-CF e 2, de Plenário)

Ao art. 1.º

Dê-se a seguinte redação:

Art. 1.º Gozarão de franquia postal inclusive área, as precatórias criminais expedidas pelos Juizes de outras comarcas e a correspondência expedida pelos Conselhos Penitenciários Estaduais.”

EMENDA N.º 2

(De redação)

A ementa

Acrescente-se, in fine:

“... e à correspondência dos Conselhos Penitenciários Estaduais.”

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondin) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 850, de 1968, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do editorial de “O Globo”, de 27 do corrente.

Em discussão o Requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, vou dar como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não há número para proceder à votação, que fica, portanto, adiada.

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondin) — Esgotada a Ordem do Dia. Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para a sessão extraordinária do dia 30, domingo próximo, às 10,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 30 de junho de 1968

(Domingo)

Extraordinária, às 10,30 horas

1

REQUERIMENTO N.º 850, DE 1968
Votação, em turno único, do Requerimento n.º 850, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do editorial de “O Globo”, de 27 de junho de 1968.

2

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEGISLATIVO N.º 25, DE 1968

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 579, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1968 (n.º 44-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 27, DE 1968

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 1968 (n.º 46-B-67, na Casa de origem), que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, a 2 de setembro de 1966, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu, tendo Parecer, sob n.º 580, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 43, DE 1968

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1968 número 3.651-C-66, na Casa de origem, que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal.

tendo Parecer, sob n.º 581, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

CALENDÁRIO DE PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Projeto de Lei n.º 19-68 (C.N.), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Dia 26, 27 e 28-06 e 2 e 3-8-68 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 7-08 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 14-08 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 15-08 — Publicação do parecer; e

Dia 20-08 — Discussão do projeto, em sessão conjunta, às 21 horas.

PROJETO QUE DEVE RECEBER EMENDAS PERANTE AS COMISSÕES

Projeto de Lei da Câmara n.º 95-68, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de NCr\$... 819.892,00, para atender às despesas que especifica.

Dias 1, 2, 5, 6 e 7-8-68.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos).

SAO LIDOS E VAO A IMPRIMIR OS SEGUINTE PROJETO:

Trecho da ata da 130ª sessão, realizada em 27 de junho de 1968, que se republica por haver saído com incorreções no Diário do Congresso Nacional (Sessão II) de 28 de junho de 1968.

OFICIO

Do Sr. 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 37 DE 1968

(N.º 77-B-68, na Casa de origem)
Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em 25 de janeiro de 1968, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em 25 de janeiro de 1968, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

No recurso em que Antonina Paulo de Lima pede reconsideração do Ato da douta Comissão Diretora, em reunião realizada em 18.8.1968, publicado no DCN de 1.10.66, que determinou a dispensa de Vicente Carlos Lima, Motorista Substituto, FT-5, deliberou esse Egrégio Órgão tornar sem efeito a aludida dispensa, exarando o seguinte despacho, em virtude da apresentação de Certidão de Óbito expedida por determinação judiciária pelo Cartório de Registro Civil de Aragarças, Goiás:

“Examinada a matéria, a Comissão tendo em vista que após a dispensa do funcionário por abandono de cargo, veio a público seu falecimento anterior e que esse falecimento extinguiu o vínculo entre o servidor e o Senado, resolve tornar sem efeito, porque já sem objeto, o ato que dispensou Vicente Carlos Lima, Motorista Substituto, FT-5, publicado em Ata de 13 de agosto de 1966 (DCN de 1.º de outubro do mesmo ano).”

Sala das Sessões, 26 de junho de 1968. — **Evandro Mendes Vianna**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 77, DE 17 DE JUNHO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 203, parágrafo único da Resolução nº 6, de 1960, resolve suspender por 8

(oito) dias os servidores Fernando Alfredo Carneiro Pereira, Ajudante de Porteiro, PL-7 e Hilton José de Oliveira, Motorista, PL-10, por falta grave, a partir desta data.

Secretaria do Senado Federal, 17 de junho de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

6ª REUNIAO EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1968

As dezesseis horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Eurico Rezende, Presidente, presentes os Srs. Senadores Leandro Maciel, Petrólio Portela e Paulo Torres, reúne-se a Comissão de Serviço Público.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Arnon de Mello, José Guionari, Ruy Carneiro e João Abrahão.

É dispensada a leitura da ata da reunião que, em seguida, é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Leandro Maciel a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Sr. Senador Leandro Maciel lê parecer pela aprovação, com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1968, que "renova o prazo de validade dos concursos, fixado pela Lei nº 4.929, de 18 de fevereiro de 1968".

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário "ad hoc" da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

FANCA Nº 58.607 — SAO

COMISSÃO DE AGRICULTURA

6ª REUNIAO EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1968

As quinze horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador João Cleofas, Presidente em exercício, presentes os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Leandro Maciel e Ney Braga, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Feliciano, Milton Trindade, José Ermírio e Argemiro de Figueiredo.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Teotônio Vilela a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Teotônio Vilela lê parecer pela aprovação dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do Substitutivo da Câmara e pela manutenção dos artigos 1º e 2º do Projeto do Senado, ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1961, que "regula operações do Serviço de Revenda de Material Agropecuario do Ministério da Agricultura em convênio com Secretarias de Agricultura Estaduais".

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário "ad hoc" da Comissão a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

ATA DA 5ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 1968

EXTRAORDINARIA

As dezesseis horas do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador José Leite, Presidente, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, Vice-Presidente, Arnon de Mello, João Cleofas e Paulo Torres, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Celso Ramos, Domício Gondim e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma lida como aprovada pela Comissão.

Em prosseguimento, o Sr. Presidente transfere a Direção dos trabalhos ao Sr. Vice-Presidente, e passa a Relatar o Projeto de Lei do Senado número 38, de 1968, que dispõe sobre a documentação relativa à capacidade técnica nas concorrências para obras ou serviços de engenharia. Conclui o seu Parecer propondo a realização de diligências.

O Sr. Presidente eventual Senador Sebastião Archer, declara em discussão o Parecer do Senhor Senador José Leite, sendo o mesmo aprovado por unanimidade pela Comissão.

Reassumindo a Presidência dos trabalhos, o Senhor Senador José Leite anuncia o item 2 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 34 de 1968 (nº 71-B-68, na Câmara), que aprova o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1967, em segunda, concede a palavra ao Senhor Senador Arnon de Mello, Relator do Projeto.

O Sr. Relator tece considerações sobre a matéria, concluindo por oferecer Parecer favorável ao Projeto. Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Sebastião Archer e Paulo Torres, apoiando o Parecer do Senhor Relator.

Em continuação, o Sr. Presidente declara em regime de votação e Fazer, sendo o mesmo aprovado unanimemente pela Comissão.

Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a Reunião.

E, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

8ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 1968

As 10 horas do dia 27 de junho de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Alvaro Maia, João Cleofas, Adalberto Senna e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão dos Estados para Alienação e

Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Moura Andrade, Milton Trindade, Paulo Torres, Arthur Virgílio e João Abrahão.

É aprovada a ata da reunião anterior.

Com a palavra, o Senhor Senador João Cleofas relata o ofício número S-7-68 do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização ao Senado para que o Governo do Estado possa contrair dígito garantindo operação de financiamento no valor de NCr\$ 1.610.000,00 concedido pelo Governo da Iugoslávia através da empresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado, dando pela aprovação do Projeto de Resolução da Comissão de Finanças.

O parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

9ª REUNIAO, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1968

As quinze horas do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Meneses Pimentel, Presidente, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Mem de Sá e Edmundo Levy, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Alvaro Maia e Adalberto Senna.

É dispensada a leitura da ata anterior que, em seguida, é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mem de Sá a fim de emitir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1968, que assegura nos concursos de habilitação para ingressos nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais.

Com a palavra, o Sr. Senador Mem de Sá lê parecer favorável a matéria constante da pauta.

Submetido o parecer à discussão e votação é o mesmo aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

26ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 1968

As 10,30 horas do dia 27 de junho de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Aloysio de Carvalho, Argemiro Figueiredo, Bezerra Neto, Carlos Lindenberg e Wilson Gonçalves, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eurico Rezende, Petrólio Portela, Alvaro Maia, Aurélio Vianna, Edmundo Levi e Josaphat Marinho.

É aprovada a ata da reunião anterior.

Com a palavra, o Senhor Senador Carlos Lindenberg relata o Ofício nº 7-68 do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina solicitando autorização ao Senado Federal para que o Governo do Estado possa garantir a operação de financiamento no valor de NCr\$ 1.610.000,00 concedido pelo Governo da Iugoslávia através da empresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado, concluindo pela aprovação do Projeto de Resolução

da Comissão de Finanças. O parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

26ª REUNIAO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1968

14ª EXTRAORDINARIA

As 10 horas do dia 27 de junho de 1968, na Sala da Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, Leandro Maciel, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, José Leite Carlos Lindenberg e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Manoel Villaga, Clodomir Milet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Júlio Leite Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Arthur Virgílio e José Ermírio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, dada como aprovada.

São relatados e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Sr. João Cleofas: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1968, que dá nova redação ao artigo 3º e seu § 2º, da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

Pelo Sr. Fernando Corrêa: Pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959, que dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares; e

Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1963, que altera dispositivos da Lei Delegada nº 10, na parte referente à Policlínica dos Pescadores e da Lei nº 1.077 de 23 de outubro de 1952, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos Armadores de pesca e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

Pelo Sr. Antônio Carlos: Favorável ao Ofício S-7, de 1968, do Senhor Governador de Santa Catarina, solicitando autorização ao Senado Federal, para que o Governo do Estado de Santa Catarina possa garantir operação de financiamento para aquisição de tratores de esteira, sem similar nacional, concedido pelo Governo da Iugoslávia, através da empresa estatal "Rudnap Export — Import, de Belgrado".

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Secretário "da-hoc" a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 26ª REUNIAO REALIZADA AOS 3 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968

(EXTRAORDINARIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia três do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Lobão da Silveira, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Manoel Villaga.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967 que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Nada mais havendo que tratar dá-se por encerrada a reunião, lavrando

do eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 29ª REUNIAO REALIZADA AOS 7 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia sete do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Manoel Villaga, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Alvaro Maia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1968 (nº 40-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965;

b) redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968, que dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 30ª REUNIAO REALIZADA AOS 11 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia onze do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1968 (nº 263-C-66, na Casa de origem), que homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965.

b) redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967, que torna obrigatória a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 31ª REUNIAO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e

oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Lobão da Silveira, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia, Carlos Lindenberg e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Carlos Lindenberg apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1968 (nº 1.222-B de 1968, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 32ª REUNIAO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As dezolito horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Edmundo Levi, presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga e Antônio Carlos.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Manoel Villaga apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1968 (número 1.139-B-68, na Casa de origem), que considera de utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 33ª REUNIAO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As dezoito horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Filinto Müller, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia, Manoel Villaga e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1968 (nº 1.138-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 34ª REUNIAO REALIZADA AOS 19 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As dezolito horas e cinquenta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Manoel Villaga, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Alvaro Maia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 1968, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a oferecer aval a empréstimo a ser contratado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR com o Banque pour le Développement Commercial, Genève, Suíça, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares).

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 35ª REUNIAO REALIZADA AOS 19 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

A dezoito horas do dia dezoito do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Manoel Villaga, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1968 (nº 1.138 de 1968, na Casa de origem), que dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 36ª REUNIAO REALIZADA AOS 26 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

A quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, presentes os Senhores Senadores Nogueira da Gama e Alvaro Maia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Nogueira da Gama apresenta as seguintes redações:

a) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara

nº 72, de 1968 (nº 1.163-A-68, na Casa de origem), que dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências;

b) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.245-B-68, na Casa de origem), que concede franquia postal às precatórias criminais.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 37ª REUNIAO REALIZADA AOS 27 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Filinto Müller, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, e Lobão da Silveira.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta as seguintes redações:

a) redação do vencido para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-66, na Casa de origem), que regula a apresentação e uso dos documentos de identificação pessoal;

b) redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem), que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, a 2 de setembro de 1966, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu;

c) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (número 44-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 38ª REUNIAO REALIZADA AOS 27 DIAS DO MES DE JUNHO DO ANO DE 1968 (EXTRAORDINARIA)

As dezoito horas e quinze minutos do dia vinte e sete do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Filinto Müller, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Alvaro Maia e Nogueira da Gama.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, e Lobão da Silveira.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Antônio Carlos apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 1968, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a garantir operação de financiamento concedido pelo Governo da Yugoslávia, destinado a aquisição de tratores de esteiras.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.